



**ATA NÚMERO 288/XIII/4.<sup>a</sup> SL**

Aos três dias do mês de julho de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**10:00**

**Audição conjunta do STI - Sindicatos dos Trabalhadores de Impostos e da APIT - Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira, no âmbito do requerimento aprovado na COFMA.**

**11:30**

- 1. Aprovação das atas n.º 266 e 267;**
- 2. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 174/XIII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Reformula e amplia o Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)";**
- 3. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 180/XIII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Alteração de diversos códigos fiscais";**
- 4. Definição de metodologia de apreciação da Proposta de Lei n.º 190/XIII/4.<sup>a</sup> - "Cria e regula o funcionamento do Sistema Nacional de Supervisão Financeira";**
- 5. Definição de metodologia de apreciação do Projeto de Lei n.º 1153/XIII/4.<sup>a</sup> - "Altera a tributação em sede de IRS, de modo a que os rendimentos passem a ser tributados de acordo com os proveitos efetivos do sujeito passivo em cada um dos anos a que se reportam e à taxa efetiva (Alteração ao Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro de 1988)";**
- 6. Definição de metodologia de apreciação da Proposta de Lei n.º 178/XIII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições**

**financeiras"; - e do Projeto de Lei n.º 1181/XIII/4.ª (BE) - "Cria a prestação patrimonial sobre os Ativos por Impostos Diferidos abrangidos pelo Regime Especial aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto";**

**7. Outros assuntos.**

---

**10:00**

**Audição conjunta do STI - Sindicatos dos Trabalhadores de Impostos e da APIT - Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira, no âmbito do requerimento aprovado na COFMA.**

A Senhora Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando os representantes das associações sindicais presentes, e enquadrando a audição nos termos do requerimento aprovado na COFMA sobre as operações de fiscalização de trânsito promovidas pela Autoridade Tributária.

No âmbito da primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Conceição Bessa Ruão (PSD), Mariana Mortágua (BE), João Pinho da Almeida (CDS-PP) e Duarte Alves (PCP), tendo os representantes da APIT e dos STI respondido individualmente a cada um dos Deputados.

Em sede de segunda ronda, interveio a Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD), posto o que os representantes da APIT e dos STI responderam.

Não havendo pedidos de intervenção adicionais, a Senhora Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelos representantes da APIT e dos STI e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações, nomeadamente a intervenção inicial e a gravação vídeo, estão disponíveis na [página internet da audição](#).

**11:30**

**1. Aprovação das atas n.º 266 e 267;**

As atas foram aprovadas por unanimidade.

**2. Discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 174/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Reformula e amplia o Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)";**

A Senhora Presidente deu nota das diligências tomadas e do ponto de situação relativo ao pedido de consulta suscitado pelo PSD na anterior reunião, referindo nomeadamente a indisponibilidade do Conselho de Administração da Assembleia da República para esclarecimentos adicionais.

Iniciou a discussão o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), tendo também participado neste debate os Senhores Deputados Fernando Rocha Andrade (PS) e Paulo Trigo Pereira (NInsc).

Foram votados individualmente todos os artigos da Proposta de Lei (PPL) com exceção do artigo 2.º, que ficou adiada para a próxima reunião. Informação mais detalhada desta discussão e votação consta do [Relatório de votação na especialidade](#), disponível na página internet da iniciativa.

**3. Discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 180/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Alteração de diversos códigos fiscais";**

Este ponto da OD ficou adiado para a reunião da tarde.

**4. Definição de metodologia de apreciação da [Proposta de Lei n.º 190/XIII/4.ª](#) - "Cria e regula o funcionamento do Sistema Nacional de Supervisão Financeira";**

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) sugeriu que se fixasse o prazo de dia 5, até às 18h00, para os GP enviarem a lista de entidades a ouvir em adução.

A Comissão deliberou fixar o prazo proposto.

**5. Definição de metodologia de apreciação do [Projeto de Lei n.º 1153/XIII/4.ª](#) - "Altera a tributação em sede de IRS, de modo a que os rendimentos passem a ser tributados de acordo com os proveitos efetivos do sujeito passivo em cada um dos anos a que se reportam e à taxa efetiva (Alteração ao Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro de 1988)";**

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CSS-PP) informou que há várias propostas do PS e do PSD na PPL n.º 180/XIII/4.<sup>a</sup> que têm como finalidade resolver a questão levantada nesta iniciativa do CDS-PP. Nestes termos, se o objeto deste Projeto de Lei (PJL) ficar consumido com a votação favorável na especialidade daquela PPL, ficará esta matéria esgotada nessa sede, dispensando-se assim a votação desta iniciativa legislativa.

O Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) corroborando aquela interpretação, fez ainda menção à proposta de alteração apresentada pelo PSD que, dirigindo-se à mesma problemática, merece a aprovação do PS. Conclui que, em sendo aprovada consome materialmente o objeto deste PJL do CDS-PP.

Em conclusão, o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), bem como o Senhor Deputado Paulo Sá sugerem que este processo da especialidade termine com uma informação à Mesa confirmando que a matéria objeto deste PJL do CDS-PP se encontra consumida na PPL n.º 180/XIII/4.<sup>a</sup>, caso seja votada favoravelmente.

**6. Definição de metodologia de apreciação da [Proposta de Lei n.º 178/XIII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - "Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras"; - e do [Projeto de Lei n.º 1181/XIII/4.<sup>a</sup> \(BE\)](#) - "Cria a prestação patrimonial sobre os Ativos por Impostos Diferidos abrangidos pelo Regime Especial aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto";**

Considerando que o relatório da UTAO sobre estas iniciativas só está concluído no dia 5, foi fixado novo prazo para entrega de propostas de alteração: até dia 8, às 18h00.

#### **7. Outros assuntos.**

Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Deputada Inês Domingos (PSD), que entretanto, assumiu a condução dos trabalhos, deu por concluída a reunião.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

A reunião foi encerrada às 13:47 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 julho 2019.

**A PRESIDENTE**

(Teresa Leal Coelho)



## Reunião de 3 de julho de 2019

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro  
Carlos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Cresso  
Cristóvão Norte  
Duarte Pacheco  
Fernando Anastácio  
Fernando Rocha Andrade  
Inês Domingos  
João Paulo Correia  
João Pinho de Almeida  
Leonel Costa  
Mariana Mortágua  
Nuno Sá  
Palmira Maciel  
Paulo Sá  
Paulo Trigo Pereira  
Teresa Leal Coelho  
Conceição Bessa Ruão  
João Paulo Pedrosa  
Jorge Paulo Oliveira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
António Ventura  
Hortense Martins  
Jamila Madeira  
Sara Madruga da Costa